

Pelas lentes dos Janczur: a fotografia como representação da vida urbana no início do século XX em Jundiaí [SP]

DOI: 10.20396/labore.v15i00.8665043

Jean Marcel Caum Camoleze

<https://orcid.org/0000-0003-2182-1740>

Universidade Estadual Paulista/ Marília [SP] Brasil

Bruno Henrique Machado

<https://orcid.org/0000-0002-3034-3122>

Universidade Estadual Paulista/ Marília [SP] Brasil

RESUMO

A fotografia é uma das maneiras de representar o nosso cotidiano e suas mudanças. Através de suas técnicas e estética o fotógrafo registra um determinado momento no tempo e espaço vivido por ele, deixando ali um recorte do mundo. Com a IIª Revolução Industrial e a intensificação da vida urbana a fotografia passa a ser fundamental como apontamento de diversas transformações em âmbitos arquitetônicas, sociais, econômicas, culturais e tantos outros passíveis de mudança. Este trabalho é um estudo de caso referente aos registros da transição do ambiente rural para o urbano e da mudança na vida das pessoas por meio da fotografia. Utilizando o acervo fotográfico de Alexandre Janczur e João José Janczur, o estudo pretende expor um recorte da cidade de Jundiaí no início do século XX, suas vicissitudes e a importância da imagem fotográfica na sociedade. Desta forma, analisamos a fotografia não apenas como um registro do presente, mas também como ato fundamental na compreensão do passado e na formação da memória coletiva.

PALAVRAS-CHAVE

Fotografia. Cotidiano. Paisagem urbana.

Through the Janczur lens: photography as a representation of urban life in the early 20th century in Jundiaí [state of Sao Paulo, Brazil]

ABSTRACT

Photography is one way to represent our daily life and its changes. Through its technical and aesthetic the photographer records a certain moment in time and space lived through it, leaving there a cut. With the Second Industrial Revolution and the intensification of urban life the picture becomes crucial as pointing several transformations as architectural, social, economic and cultural. This work is a study of the record of the transition from rural to urban environment and change in people's lives through photography. Using the photographic collection of Alexander Janczur and John Joseph Janczur, the study aims to expose a clipping of the city of Jundiaí in the early twentieth century and its vicissitudes. Thus, the picture becomes not only a gift registry and also become essential in understanding the past and in the formation of collective memory.

KEY-WORDS

Photography. Daily life. Urban landscape.

1. Introdução

Através de princípios óticos, alinhando a processos químicos, em 1826, Niépce e Daguerre unificaram-se na criação das técnicas fotográficas, com a litogravura e o poder de ilusão sobre a imagem, possibilitando a criação do circuito social da fotografia.

Ainda no século XIX, a fotografia causa imensa comoção aos naturalistas, ao conseguir com grande qualidade de representar o real. Neste momento, o retrato se torna um meio de comunicação visual fundamental em uma sociedade de maioria analfabeta. Desta forma, durante a II Revolução Industrial a fotografia se consolida como um novo campo do saber capaz de unificar diferentes técnicas da física, química e outras áreas do conhecimento. O daguerreotipo um dos primeiros aparelhos para a produção da imagem fotográfica que tinha como princípio a fixação do iodo em chapa de prata reflete bem a criação das técnicas fotográficas e a inserção do mundo no processo industrial.

Dista disto, no século XIX a fotografia também reflete a relação do homem com a natureza, que movimento constantemente o espaço e o meio que a sociedade está inserida. Para Costa & Silva (2004, p.17) “A fotografia referendou internamente essa dinâmica, na medida em que o projeto de desenvolvimento da perspectiva, subjacente ao código fotográfico, encontrou identidade nos rumos impostos à natureza.”

Então as técnicas fotográficas no século XIX tem um grande desenvolvimento, criando novas formas de registrar o momento. Para Annateresa Fabris no texto “A invenção da fotografia: repercussões sociais” podem dividir em três momentos fundamentais para aperfeiçoar as técnicas fotográficas, sendo eles:

1. Primeiras experiências – que é marcado na primeira metade do século XX, com fotógrafos amadores que tem boas condições financeiras e podem pagar pelos altos preços dos serviços fotográficos.
2. Colódio úmido – criando os cartões de visitas fotográficos e remetendo a fotografia a um processo industrial, com o barateamento do produto e sua grande difusão.
3. Gelatina bromuro – momento de popularização e massificação da fotografia, tornando a foto em um produto comercial sem deixar de lado as características artísticas. Neste momento, o principal fotografo é Eugena Disderi que patenteou o cartão de visita e representou a produção industrial da fotografia.

Mas imagens fotográficas não são apenas aspectos técnicos, pois estão largamente presentes em várias dimensões do viver moderno, desde os meios de comunicações de massa aos registros de momentos das nossas relações pessoais. Assim, o estudo da fotografia, ao favorecer a percepção do sentido das narrativas visuais com seus “padrões de justaposição, repetições, contrastes e – não menos importantes – omissões”, pode possibilitar uma maior acuidade na apreensão da nossa própria realidade. Isso porque “em nenhuma outra forma de sociedade, na história, houve uma tal concentração de imagens, uma tal densidade de mensagens visuais”.

Para Cartier-Bresson (2015) “A fotografia é uma operação instantânea que exprime o mundo em termos visuais, tanto sensoriais como intelectuais”, com finalidades diversas, mas com grande importância no cotidiano e na memória coletiva. Mesmo a fotografia sendo um meio em série de reprodução tecnológica, traz consigo valores e características de determinadas sociedades.

Este aspecto social da fotografia possibilita um estudo interdisciplinar nos diversos campos dos saberes, como história, arte sociologia e ciência da informação. Pois a fotografia, como fonte de registro documental, apresenta algumas evidências históricas, com seus significados e representações, sendo fonte de análise da vida social. A fotografia não traz consigo apenas imagens, mas pensamentos, costumes, culturas e tradições. Desta forma, também compreendemos a fotografia como fonte de memória, que registra um determinado tempo e espaço denotado (Kossy, 2007).

Então, a fotografia, além de buscar uma reprodução do real, muitas vezes se tornou o próprio real com suas técnicas e sua materialidade. De acordo com Rouillé (2009), o autor passa a trabalhar de diversas formas na produção fotográfica com a técnica manual, a reação química e arte final no papel fotográfico.

As imagens fotográficas apresentam algumas especificidades, por isso devem ser analisadas articulando os diferentes níveis de estruturação em que se encontram inseridas, possibilitando ao sujeito cognoscente

decompor as mediações do real. Dessa forma, a definição de uma metodologia específica para analisar as fotografias tem por finalidade desvendar as mediações da imagem fotográfica (o trabalho do fotógrafo, os meios de veiculação da imagem e seus usos, a recepção por diferentes olhares) e decompor as realidades presentes nesse registro. A fotografia apresenta duas dimensões do real: uma “primeira realidade”, que é a própria imagem materializada em um tipo específico de suporte e uma “segunda realidade”, o aspecto do real registrado na fotografia.

Deve-se destacar que a ideia de “verdade” atribuída pelo senso comum à fotografia se deve ao caráter técnico da imagem fotográfica. Entretanto, as “propriedades analógicas” da fotografia podem ser relativizadas uma vez que o ato fotográfico é também condicionado pela subjetividade, pois o fotógrafo ocupa um lugar social a partir do qual tem um campo de possibilidades para efetuar o registro. Dessa forma, “a lógica do presente (contemporâneo à feitura) impõe-se-lhe pela própria impossibilidade do homem escapar a rede simbólica que preside o momento que vive”. A fotografia é sempre um ato fragmentário, pois não capta inúmeras realidades também presentes no momento do registro.

Mas tão importante quanto estabelecer uma metodologia adequada para análise das fotografias é sistematizar a catalogação e sua conservação. Este processo é organizado, inicialmente pela classificação fotográfica de um acervo ou fundo. A classificação permite criar relações e conexões entre conjuntos culturais de determinada sociedade, reconhecendo a relação entre as semelhanças.

Desta forma, a classificação define como a distribuição de indivíduos em grupos distintos, de acordo com caracteres comuns e caracteres diferenciadores (Liard, 1979, p. 22). Assim, ao momento de classificar as fotos implica em criar relações entre sua função orgânica e seu local dentro do arquivo por meio de suas semelhanças ou diferenças, potencializando sua utilidade e difundindo a salvaguarda da memória coletiva.

Esta classificação tem que racionalizar a organização do arquivo histórico, sendo necessária fundamentação em critérios, que irão direcionar a preservação documental, proporcionando a utilização do acervo para pesquisas. Estes documentos não podem ser apenas causar uma satisfação cultural, mas com uma análise crítica e sua importância para a administração e para a historiografia.

A classificação é um fator intelectual, que visa a compreensão e o entendimento de diversas áreas do saber. Assim, associamos a ordem e local das coisas por meio de conceitos, que forma unidades ou integrações de conhecimentos. Então a classificação, reconhecida dentro do conhecimento científico ou de uma determinada sociedade, estabelece sentido aos símbolos, as determinações icônicas e as representações.

Estes símbolos, representação ou determinação icônico dentro de tantos formandos podem ser encontrados nas imagens fotográficas e serem utilizados para estabelecer conceitos que edifiquem uma parte da classificação de determinados fundos ou arquivos.

O alemão Alexandre Janczur chegou em Jundiaí em 1900, aos quinze anos de idade e inicia a aprendizagem de fotógrafo ao auxiliar Bernardo Pieper, como auxiliar de laboratório. Em 1920, adquiriu a loja Fotografia Alemã, que oito anos depois passou a ser chamar Fotografia Ideal e sendo uma das principais referências no registro fotográfico na cidade de Jundiaí.

O acervo fotográfico do Centro de Memória de Jundiaí, também é composto por fotos de João José Janczur, fotógrafo, cineasta e filho de Alexandre Janczur. Os Janczur registraram o momento da expansão industrial e urbana de Jundiaí e João José participou como voluntário pelo lado paulista do Ato Constitucionalista de 1932, sendo fotógrafo aéreo.

2. Uma imagem da cidade de Jundiaí [SP]

O território que delimita a área de Jundiaí tem ocupações humanas do período Arcaico (aproximadamente entre 8.000 e 2.000 Antes do Presente). Coberto por Mata Atlântica, estas áreas eram tomadas por grupos nômades que tinham como principais atividades econômicas a caça, a pesca e a colheita. Estes grupos apresentavam grande mobilidade e baixa densidade demográfica (Morales, 2000).

Entre os anos de 2000 e 500 Antes do Presente, teve início o período formativo, com a sedentarização dos grupos caçador-coletores que, posteriormente, começariam a praticar a agricultura. Tinham na mandioca a sua principal fonte alimentar, embora usassem também o milho. Possuíam os saberes da fabricação de utensílios de cerâmica (Morales, 2000). Apesar de também utilizarem objetos de pedra, osso e madeira, o

elemento mais significativo de sua cultura material era a cerâmica. Estas eram encontradas nos sítios arqueológicos de Jundiá e apresentavam características da “tradição Tupi-guarani” (SOUSA, 1970). Segundo Morales (2000, p. 11), esses grupos “[...] não eram muito diferentes das populações encontradas pelos portugueses que por aqui aportaram em 1500”.

Com a ocupação portuguesa em Jundiá, no início do século XVII, começaram a serem modificados os cenários econômicos, sociais e de utilização do solo na região. A chegada europeia também “[...] representou para os índios uma verdadeira catástrofe” (Fausto, 2009, p. 40). Os portugueses, neste período, utilizaram em grande escala a mão de obra escrava indígena, pois houve uma grande demanda da produção agrícola e do escoamento das mercadorias e a exploração de escravos africanos não condizia com a situação econômica dos proprietários destas terras. Nesta região, com a extorsão massiva dos indígenas e de suas áreas, a população de nativos foi tragicamente reduzida, em função dos trabalhos forçados e “[...] da alta taxa de mortalidade a que as etnias nativas eram submetidas quando em contato com a sociedade colonial.” (Morales, 2000, p. 12).

Porém, esta conjuntura de “[...] escravidão produziu constantemente situações que acusavam a proximidade entre brancos e índios, mediada pela existência de uma larga camada de pessoas de condição incerta” (Monteiro, 1989, p. 49), abrindo novas ações para adentrar os sertões brasileiros na região sudeste e promovendo um intercâmbio cultural entre nativos e europeus e, posteriormente, com os africanos que foram escravizados.

A data de ocupação pelos colonizadores europeus na cidade provocou muitas discussões e controvérsias. Por meio da oralidade, temos diversas datas; no entanto, o ano de 1615 aparece para diversos autores, como Marques (1980), Egas (1925) e Ribeiro (1899), como sendo o marco que deu início ao povoamento dos europeus e seus descendentes.

Mazzuia (1979), em seu livro “Jundiá e sua História”, afirma que a vinda de Rafael de Oliveira, sua mulher, filhos e genros, acompanhado de grande número de escravos, índios forros e homens de armas, em 15 de agosto de 1639, teria sido o marco para o início do povoamento branco na região.

Pontes (1970) indica que, em 1625, havia registro em testamento mencionando Jundiá. Outra fonte encontrada nos estudos de Pontes (1970), que ressaltou o início desta ocupação europeia na região de Jundiá, é a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP, vol. LXIV, p. 245). Nesta, encontra-se a indicação de que, no ano de 1634, já existia a capela de Nossa Senhora do Desterro, localizada em região central de Jundiá, e esta foi considerada Freguesia, o que garante, na época, a existência de uma comunidade (Izaías, 2012).

No entanto, a data em que a povoação foi erigida à condição de vila, em 1655, sob o título de Villa Formosa de Nossa Senhora do Desterro do Mato Grosso de Jundiá da Capitanía de Sam Vicente é consenso entre os pesquisadores, como explica o Padre Antonio Maria Toloí Stafuzza, fundador do Museu Histórico e Cultural de Jundiá:

Jundiahy foi elevada a Vila em 14 de dezembro de 1655, depois de um curto período de existência como freguesia de São Paulo. Era então locotenente donatário d. Alvaro Pires de Castro, o novo Conde de Monsanto, cujo direito à Capitania de São Vicente era contestada pelos parentes, o capitão Manoel Coraça de Mesquita que tinha como ouvidor geral Manoel de Cabedo Vasconcelos (tido indevidamente como Quevedo de Vasconcelos). O fato deve-se a uma delegação dos maiores, de que não participaram os dois fundadores do povoamento – Manoel Preto Jorge e Francisco Gaia – que andavam pelo sertão. O argumento apresentado para elevação de Jundiá a Vila é que os maiores da época se sentiam vexados para prestar os serviços públicos obrigatórios devido à distância e a ruindade dos caminhos (Stafuzza, 1967, p. 52).

Assim, a Villa de Jundiah desenvolveu grande importância para a entrada e ocupação do interior brasileiro, consolidando-se como espaço estratégico para o comércio. Esses caminhos rumo à interiorização tiveram alguns protagonistas, como os índios, que foram os construtores das primeiras rotas, devido a seus conhecimentos das terras, da natureza e da região.

Em 1657, a entrega das Cartas de Dactas indicava a distribuição das terras na cidade a fim de poder construir casas e quintais e começou a criar o conjunto arquitetônico local.

Com os altos custos da produção agrícola na região e a estagnação econômica paulista no início da exploração portuguesa no Brasil, Jundiáí deixa, neste momento, a produção agrícola e passa a exercer a função de tornar-se entrada para o sertão. Sua localização geográfica forma uma planície entre as regiões de serras, com diversos cursos que seguem os rios e caminhos formados ainda por indígenas. Essas condições favoreciam a região da atual cidade de Jundiáí a ser um ponto de comércio do sertão, como explica Spix e Martius (1938, p. 155):

A Vila de Jundiáí, pequeno povoado em uma colina baixa, é só importante por sua situação favorável para o comércio do sertão. Todas as tropas que partem da Capitania de São Paulo para Minas Gerais, Mato Grosso e Cuiabá, são aqui organizadas. Os habitantes possuem grandes manadas de mulas, que fazem essas viagens algumas vezes por ano. O fabrico de cangalhas, selas, ferraduras e tudo que é necessário para equipamentos das tropas, assim como o incessante vaivém das caravanas, dão lugar feição de atividades e riqueza, e como razão, dá-lhe o título de porto seco. Daqui partem as estradas trilhadas para as províncias acima citadas.

No início do século XVIII, segundo Mazzuia (1979) os limites da cidade eram o Rio Grande, que hoje divide o Estado de São Paulo com Minas Gerais, com a Vila de Santana de Parnaíba e a Vila de São Paulo, conforme apresenta Izaías (2012, p. 16) em “[...] mapa que demonstra o território sobre a jurisdição da então Villa Ferosa de N. S. do Destêrro do Mato Grosso de Jundiahy (e posteriormente cidade de Jundiahy), antes do desmembramento de Mogi Mirim (1768)”.

A ocupação de Jundiáí, por parte dos portugueses e seus descendentes, mesmo ocorrendo com algumas particularidades em seus atributos, como o favorecimento geográfico e a logística, manteve em seu povoamento algumas características do território paulista. Entretanto, o crescimento de vários povoados dentro do território, que formava a Villa Ferosa de Nossa Senhora do Desterro do Matto Grosso de Jundiahy, levou a sua “[...] ascendência na condição de ‘porto seco’ no século XVII, para uma economia de subsistência no século XVIII” (Morales, 2000, p. 18). Em 1769, com o desmembramento de Mogi Mirim e, posteriormente, com o de Campinas, em 1797, ocorreu uma redução populacional e territorial.

Ainda no século XVIII, o aprisionamento e a venda de índios que viviam nas tribos ou em aldeamentos jesuítas também eram uma das principais atividades econômicas realizadas na região, além da busca de metais preciosos. Se, por um lado, o movimento bandeirante expandiu as fronteiras do que viria a ser o território brasileiro, a violência foi um aspecto constante, escravizando e dizimando dezenas de milhares de indígenas. Izaías (2012) apresenta os dados da população em 1799:

[...] a população de Jundiáí era composta por 3.876 habitantes, entre livres e escravos, espalhados por 735 fogos. A população livre com um total de 3.196 pessoas era composta por 1.560 (48,8%) homens e 1.636 (51,2%) mulheres; e a escrava com um total de 735 pessoas, sendo 587(79,9%) homens e 148 (20,1%) mulheres. O crescimento anual correspondente ao período de 1798 a 1799 foi de 2,43% ao ano. Verificamos ainda que, de acordo com Reis (2010), havia aproximadamente 141 fogos com cativos, o que correspondia a 19,2% dos 735 fogos arrolados em 1799. A população livre correspondia a 82,5% e a escrava 17,5% (Izaías, 2012, p. 36).

No início da segunda metade do século XIX, Jundiáí teve uma economia voltada para a agricultura extensiva, com o plantio da cana-de-açúcar e, posteriormente, com o café e a uva. Neste período, o comércio de mulas também continuava e o local começou a ganhar importância para o escoamento da produção das cidades vizinhas para o porto de Santos.

A Lei Estadual nº 771, de 28 de março de 1865, elevou Jundiáí à categoria de cidade. Segundo Izaías (2012, p. 79), neste período, a população de Jundiáí “[...] apresenta um crescimento anual de 1,97% e passa a ter uma população total de 10.254 em 1886”.

A paisagem da cidade também se alterou com a ampliação e o aumento da população local, além de novos elementos urbanos. Mesmo em um período de transição política do Brasil Colonial para o Imperial, “Jundiáí não mostra os ares do império” e esta condição não faz parte da memória coletiva da cidade, a não ser pelos títulos de alguns de seus cidadãos, tais como o de Barão de Jundiáí ou Conde do Parnaíba (Bem, 2014, p. 95).

A agricultura de subsistência que abastecia moradores da vila, tropeiros e bandeirantes nos séculos XVII, XVIII e início do XIX, passou por transformações, sobretudo com o começo da monocultura de cana-de-açúcar na região, alterando as relações econômicas e sociais da cidade, como exemplificam Luna e Klein (2005, p. 70):

Inicialmente, Jundiá era uma localidade pobre, com unidades agrícolas pequenas movidas pelo trabalho familiar e alguns escravos. Mas o aumento constante nas culturas de gêneros alimentícios, em especial o milho, e o início de uma moderna economia açucareira no último quartel do século XVIII geraram profundas mudanças estruturais, como se vê no aumento do tamanho das unidades agrícolas e da população escrava residente. Foi essa expansão que levou ao desmembramento da vila em 1797, quando uma grande parte das terras açucareiras e da população de Jundiá serviram de base para a criação da vila de Campinas.

O plantio da cana-de-açúcar foi fundamental para a economia brasileira no período colonial. Posteriormente, mesmo perdendo espaço nas atividades econômicas para a extração de metais e pedras preciosas e, em seguida, para o café, o açúcar permaneceu como um dos principais produtos de exportação da nossa agricultura. Para Sousa (1955), a cana-de-açúcar teve grande importância na expansão da agricultura de Jundiá, transformando a cidade em um dos polos da produção açucareira no interior paulista.

Com o crescimento do setor agrícola na região, a comunidade jundieense também passa por grandes transformações sociais, conforme registra Izaías (2012, p. 54):

Quanto ao número de escravos Jundiá passa de 625 em 1798 para 2.206 em 1836; sendo que destes, em 1798 eram empregados 520 (83,20%) na agricultura e em 1836 passam a ser empregados 2.035 (92,25%) escravos, ou seja, um aumento de nove pontos percentuais.

Mesmo com uma ampla presença indígena, que “[...] perdurou até pelo menos meados do século XVIII” (Morales, 2000, p. 134), a cidade jundiáense tem alterações na diversidade de sua população, com o aumento de africanos escravizados e demais integrantes da sociedade que migram e imigram para a área urbana. Tais mudanças são reflexos das ações econômicas de Jundiá, que permitiram a compreensão de que as estruturas sociais da cidade não são formadas por apenas um grupo social, mas diversos, com suas tensões sociais.

Neste período de expansão da agricultura em Jundiá e no interior paulista, o café passou a ser uma das principais mercadorias produzidas e exportadas na região. O latifúndio de Jundiá, também utilizado para o plantio de café, apresentava como força de trabalho a mão de obra escrava, alterando a dinâmica econômica da cidade e promovendo o seu crescimento (Izaías, 2012). Mesmo com a produção cafeeira de quantia inferior à realizada no Vale do Paraíba, Jundiá tinha uma relevância neste segmento econômico dentro da região do Oeste Paulista.

Esta expansão do café no Oeste Paulista indicava a entrada de São Paulo “[...] em um processo de transformação no sentido da constituição de uma economia capitalista” (Fausto, 2009, p. 203). Nesse contexto, também surge a burguesia do café paulista que, através do acúmulo primitivo do capital proveniente da exportação do produto, passa a exercer grande influência política e econômica no país.

A força de trabalho, neste período, também altera o cenário com a luta contra a escravidão e o início do processo de imigração. O acúmulo dos conflitos com os negros escravizados, iniciado junto com a escravidão no Brasil, começa a resultar na criação de diversas leis na segunda metade do século XIX. Em 1850, a Lei Eusébio de Queiros impedia o tráfico de escravos, proibindo o desembarque destes em portos brasileiros. Vinte anos após a proibição do tráfico de escravos surge a Lei do Ventre Livre que declarava libertos os filhos das escravas nascidos a partir de sua aprovação; porém, esta teve poucos efeitos, uma vez que os filhos eram mantidos sob a tutela das mães até os 21 anos e, muitas vezes, continuavam sendo tratados como escravos. Aos idosos, foi criada, em 1885, a Lei dos Sexagenários ou Lei Saraiva-Cotegipe, que tornavam libertos os escravos com mais de 65 anos; todavia, atingiu um número pouco representativo dentro das trágicas condições em que os escravos viviam, pois dificilmente chegavam à idade prevista no texto legal. Em 13 de maio de 1888, a princesa Isabel assinou a Lei Áurea que, legalmente, buscava abolir a escravidão dos negros no Brasil.

Porém, as promulgações das legislações contra o sistema escravocrata não reduziram, em momento algum, antes ou depois da lei de abolição, a luta contra o trabalho escravo e a inserção digna do negro na sociedade. Em Jundiá, tanto no período colonial quanto no imperial, existiram quilombos que mantiveram o enfrentamento contra a escravidão. Após a promulgação da Lei da Abolição, a luta dos movimentos negros na cidade continuou e continua, exemplificada pela fundação do Clube Beneficente Cultural e Recreativo Jundiáense em 28 de setembro de 1897, da Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e de outras ações de resistência cultural do movimento negro na cidade.

Neste momento, os lucros derivados dos altos índices alcançados pela venda de café no sudeste brasileiro, inclusive em Jundiaí, e a balança comercial favorável, resultado direto da exportação deste produto, possibilitaram o crescimento econômico que auxiliou na implantação de obras públicas e, mais tarde, no desenvolvimento de setores industriais no país. Entre os anos de 1821 e 1830, o país exportava em torno de 3.187 sacas de 60 quilos e, entre os anos de 1881 e 1890, estes números eram de aproximadamente 5.163 sacas (Prado Júnior, 1963), tornando o café responsável por 61,5% da exportação brasileira e fonte de investimento nos avanços tecnológicos do final do século XIX.

A produção agrícola unificada, com a acumulação originária de capital, principalmente do mercado cafeicultor paulista, contribuiu para o incremento das relações assalariadas de produção e o crescente mercado consumidor interno, possibilitando a expansão de alguns setores urbanos, como a indústria e a ferrovia, em Jundiaí. A renda aplicada no setor agrícola de exportação passa a ser utilizada para a produção industrial de consumo interno e no investimento para o aumento da exportação cafeicultora, principalmente nas estradas de ferro que eram utilizadas para o escoamento do café.

No estado de São Paulo, as estradas de ferro decorreram de um processo de exportação do produto agrícola. A primeira linha férrea paulista foi criada como uma expansão das construções do estado do Rio de Janeiro, pois ligava a capital fluminense à cidade de Cachoeira Paulista. A segunda estrada de ferro paulistana vinculava as cidades de Santos, São Paulo e Jundiaí, auxiliando no escoamento do café produzido no Oeste Paulista para o porto de Santos (Sais, 1981).

Os transportes de produtos em solo brasileiro, até o surgimento da ferrovia, eram realizados no lombo de burros, fator que encarecia o produto, reduzia o lucro do fazendeiro e se tornava menos viável com a interiorização da produção e o distanciamento do porto (Martins, 1990).

Durante a República Velha, a economia brasileira continuava como uma extensão do segundo Império, ou seja, ocupava uma função de agroexportadora, tendo no café seu principal produto de exportação e a ferrovia ainda como o principal meio de escoação desse produto. Segundo Francisco de Oliveira (1977), esta posição do Brasil mostra uma economia e uma sociedade geradas a partir de um determinado pressuposto, sendo inserida na expansão do capitalismo ocidental.

Com o crescimento da utilização da ferrovia como principal meio de transporte e sua expansão para o interior paulista, a partir de Jundiaí, também cresce o número da classe operária na cidade. Neste setor, no ano de 1904, estavam empregados nas linhas férreas do Brasil 28.539 funcionários, sendo que este número, em trinta anos, passou para 126.187, demonstrando não somente a importância das estradas de ferro, mas a formação de uma nova categoria de trabalhadores.

Com a construção da estrada de ferro Santos-Jundiaí da São Paulo Railway Company e a expansão da ferrovia, a cidade tornou-se um importante polo logístico para o escoamento do café e de outras mercadorias. Levando em conta que também era um ponto de encontro entre diversas estradas de ferro, como a Sorocabana, a Ituana, a Itatibense e a Bragantina.

A Companhia Paulista (CP), inaugurada em 11 de agosto de 1872, quando o trem chegou à cidade de Campinas, foi uma das principais a gravar a identidade ferroviária em Jundiaí com a construção de suas Oficinas. As Oficinas da Paulista, inauguradas em 1893, com “[...] seu programa específico exigiu à cidade um programa urbano inédito, atraente, verdadeiro e próspero.” (BEM, 2014, p. 104).

A instalação da Oficina da Companhia Paulista em Jundiaí, além de alterar a cidade com as vilas operárias e um novo projeto arquitetônico, também colaborou para a sua consolidação como um polo logístico e a participação no processo da inserção do Brasil no capitalismo mundial no século XIX, com a produção de café e a implantação das ferrovias. Para Bem (2014, p. 108), com o crescimento da ferrovia, a cidade de Jundiaí “[...] tem relações com a construção de uma sociedade singular, identificada como um modo de viver fortemente vinculado à vida do trabalho e este com a função ferroviária.” Atualmente, a cidade mantém um representativo de bens culturais interligados com o período auge da ferrovia, como as vilas operárias, os trilhos, as Oficinas da Companhia Paulista, o time de futebol, as escolas e “outras referências disseminadas pelo espaço urbano” (Bem, 2014, p. 110).

O crescimento da ferrovia em Jundiaí também fortaleceu o surgimento do operariado na cidade e de outras indústrias. Ressaltamos a chegada de diversas fábricas têxteis, no início do século XX, tais como a Fábrica

Japy, a Companhia Jundiayana e a Bento Pires de Campos & Cia que, em 1908, possuía 406 teares, 12.500 fusos e 450 operários.



Figura 1. Operários da indústria “São Paulo Arens e Cia Jundiayh” no início da industrialização do país.

Fonte: Centro de Memória de Jundiáí - Alexandre Janczur – P/B. Negativo de Vidro 6x9. Década de 1920.

Segundo Singer (1985, p. 57), neste período, “[...] prosseguiu o processo de industrialização e, portanto, a formação de uma classe operária, sem alterar de forma decisiva a estrutura social do País”. Com isso, o movimento operário em Jundiáí consistiu em um fazer-se de uma classe em processo ativo e num fenômeno histórico, atrelados as suas experiências e a vida cotidiana, com uma trajetória social e política, em um determinado tempo e espaço. Em 1906, foi criada a Liga Operária da Companhia Paulista de Ferrovias. No mesmo ano, ocorreu a greve de 14 dias nas ferrovias de Jundiáí, conseguindo adesão de diversas companhias ferroviárias. A Liga Operária decretou greve com apenas duas reivindicações: a substituição de dois chefes, considerando seus atos abusivos, e o fim da obrigatoriedade de inscrição na Sociedade Beneficente, mal administrada pela companhia, segundo os grevistas. A greve foi realizada em uma ocasião propícia, pois era o momento de colheita e escoamento do café para o Porto de Santos. No dia 29 de março de 1906, após forte repressão do Estado, que resultou na morte de dois operários, a greve chegou ao fim (Camoleze, 2012).

Outro fator importante sobre a marca do movimento operário na cidade de Jundiáí, na primeira metade do século XX, foi a adesão feminina dentro das indústrias têxteis na cidade. O periódico anarquista “A Terra Livre”, que circulava nas indústrias da cidade neste período, trazia consigo uma coluna dedicada às costureiras e que relatava e denunciava as graves condições de trabalho nas fábricas do município. Como destaca Oliveira (2016, p. 12):

As informações do periódico anarquista A Terra Livre descortinam a dimensão das reais condições desses trabalhadores: baixos salários, jornadas de trabalho extenuantes (13 horas diárias), atitudes coercitivas aos trabalhadores por parte dos patrões, como a exigência de contribuição dos trabalhadores para o “batizado” de uma nova máquina e a cobrança de multas aos trabalhadores se a produção estipulada não fosse atingida. Além da predominância do trabalho feminino e infantil. Esse último aspecto citado é uma característica presente em muitos setores industriais, nesse momento, como o têxtil, com a finalidade de facilitar o controle dos operários nos espaços fabris, além dos salários pagos às mulheres e crianças serem inferiores aos salários dos homens, aumentando assim os rendimentos dos patrões.

Este cenário urbano industrial de Jundiaí continuou interligado com a produção agrícola na cidade. Após importante destaque na produção cafeeira, o município expande sua vitivinicultura, que passa a ter uma importância econômica bastante expressiva, sobretudo a partir da década de 1930, período posterior à crise no setor cafeeiro. A produção agrícola de Jundiaí, atualmente, é organizada, principalmente, em minifúndios, que representam a ocupação de 320 km² e tem destaque para a fruticultura (Jundiaí, 2013).

A produção de uva ganhou destaque com o surgimento, em 1933, da espécie Niágara Rosada na cidade. A Niágara Rosada, principal uva de mesa do país, surgiu de uma mutação genética espontânea da Niágara Branca, original dos Estados Unidos da América.



Figura 2. Foto Panorâmica que apresenta a transição entre o urbano e rural com as oficinas das Cias. Paulista de Estradas de Ferro, a Igreja Nossa Senhora do Desterro e a Serra do Japy. Fonte: Centro de Memória de Jundiaí – João Janczur – P/B. Negativo de Vidro 13x18. Década de 1920.

A acuidade industrial de Jundiaí em interface com a produção agrícola, notadamente da uva, é demonstrada pela realização da primeira Festa da Uva, que ocorreu paralelamente à primeira Exposição Industrial em 1934. Uma das manchetes do Jornal “A Cidade de Jundiahy”, em janeiro de 1934, era: “A realização das duas grandes exposições que ora se realizam, como attestados flagrantes de nosso desenvolvimento e progresso” [grafia da época].

Após a década de 1950, no século XX, a cidade começou a consubstanciar o setor industrial, com a instalação de grandes indústrias, como a Duratex de compensado de celulose e a Cica de doces e condimentos alimentícios.

A construção da Rodovia Anhanguera, na década de 1940, foi um marco do deslocamento da logística pautada na dependência do setor ferroviário para a predominância do transporte rodoviário, sobretudo a partir da década de 1950.

Desse modo, teve início um novo período industrial, que percorreria toda a segunda metade do século XX e transpassaria para o início do século XXI. A cidade permanece como ponto de escoamento de mercadoria e de ligação entre o interior e litoral, pois, mesmo com a decadência das estradas de ferro, a construção de importantes rodovias em sua volta faz do local ponto estratégico para o escoamento da produção industrial e a articulação do interior com a capital.

3. O fotógrafo e a cidade

No acervo de fotografias da Foto Ideal, dos Janczur, existe aproximadamente 141 negativos de vidros digitalizados, nas dimensões mais utilizadas pelas câmeras da época: 9x12 cm, a maioria em 12x18cm e algumas em 18x24. Essas chapas são em gelatina unificadas com brometo de prata, semelhantes aos negativos mais modernos, flexíveis, em acetato ou polyester. Antigamente se usavam chapas de vidro em colódio úmido, que eram fabricadas pelo fotógrafo pouco tempo antes de se obter as imagens, pois precisavam ser reveladas antes que a emulsão secasse.

Negativos em vidro são de alta qualidade, pois o vidro não se deteriora nem se deforma, suas grandes dimensões possibilitam imagens de alta resolução. As desvantagens (que causaram seu desuso) são: Risco de quebra e alto peso, acarretando muitas dificuldades para o transporte do material mais o equipamento, que também já era grande e pesado, o que tornava difícil a missão de fotografar em locais distantes. A revelação destas chapas era semelhante à revelação de cópias em papel, as chapas eram imersas nos químicos em banheiras com revelador, interruptor e fixador, além da lavagem final, tudo isso num quarto escuro com

luz de segurança (vermelha). Hoje em dia os negativos flexíveis são revelados em tanques fechados, o que permite se fazer o processo à luz ambiente.

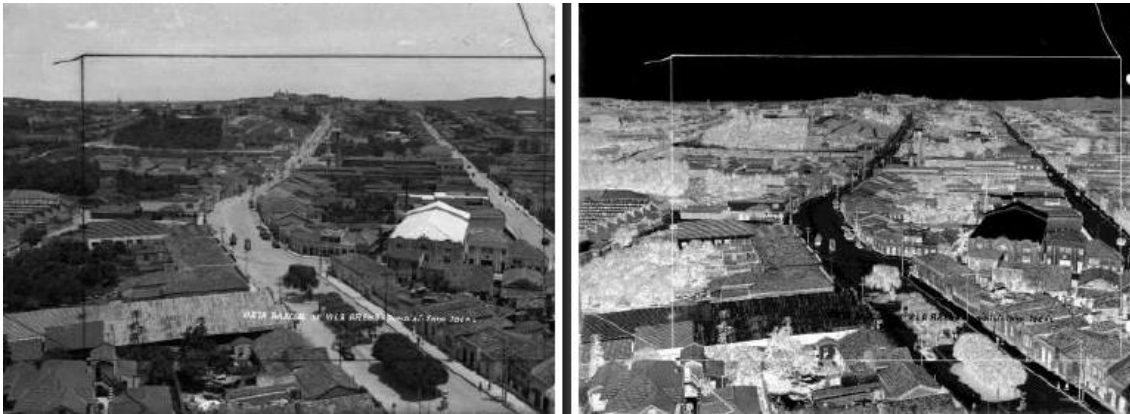


Figura 3. Positivo e Negativo da vista áreas da antiga Vila Industrial e operário de Jundiaí. Em ambos de recorte realizado pelo fotógrafo para fabricação de cartão postal. Fonte: Centro de Memória de Jundiaí – Negativo de Vidro 13x18. João Janczur – P/B. Década de 1930.

Entre os negativos de vidros dos Janczur, a cidade e o cotidiano são os principais cenários, como nos primórdios da fotografia, onde o cenário urbano foi um tema recorrente, havendo, num momento posterior ao enfocado por Benjamin, meados do século XIX, “a emergência de um novo olhar sobre a cidade”. Ao registrar a cidade percebemos uma parte de sua memória, que auxilia no “fator de conservação e atualizar nossas informações” (Le Goff, 2003). As lentes do fotógrafo também são representações dos sentimentos das pessoas e o cotidiano de uma cidade, que tem sua identidade em constante formação.

Anne de Mondenard. ressalta que havia além do caráter documental, uma dimensão artística nessas fotos, pois proporcionavam uma nova visualização das formas do cenário urbano e a apreensão de aspectos da vivência de grupos marginalizados – o grande contingente de trabalhadores oriundos do meio rural que, na segunda metade do século XIX e início do XX, viviam em precárias condições nas grandes cidades europeias.

4. Considerações finais

Esta análise documental e fotográfica, também é registrada nas lentes dos Janczur, que retrata a paisagem urbana de Jundiaí. Mas é preciso levar em conta as condições dadas ao observador para interpretar as fotografias, ou seja, que elementos são oferecidos aos receptores para uma atribuição de sentido das imagens fotográficas pois:

[...] não restam dúvidas que a precisão da informação é responsável pela justeza do sentido. Este, por sua vez, resulta na construção do significado que emana, justamente, do encontro dos sistemas de signos verbal e icônico. (Carnier Jr., 2001, pp. 70-71).

Os padrões estabelecidos nas fotografias dos Janczur mostram uma constante transição dos cenários urbanos e rurais, típicos de um processo de urbanização ocorrido no início do século XX. As charretes e os cavalos que formas principais meio de condução no tempo anterior ao século XX, divide espaço com os carros e compõe a nova paisagem junto com os postes de energia elétrica.

Os registros fotográficos do Janczur é apenas uma parte desta nova paisagem urbana e rural, repletos de personagens do cotidiano, seja em um jogo de futebol, na frente de um posto de gasolina, em uma procissão religiosa, em uma cerimônia matrimonial ou até mesmo na preparação para o enfrentamento militar. A paisagem fotográfica é um conjunto de elementos e operações, que são incorporado pelos Janczur em suas fotografias e compreende como construção de sentido diretamente vinculadas com a experiência e a história. Desta a forma as lentes dos Janczur foram capazes de mostrar a visualidade da cidade de Jundiaí e seu coloquial de mudanças, assim como diversos outros fotógrafos registraram ao longo do mundo, que utilizaram dos recursos técnicos e estéticos da fotografia para mostrar o nosso patrimônio cultura e auxiliar a preservação de nossa memória.

5. Referências Bibliográficas

- Bem, S. F. de (2014). *Conversa de patrimônio em Jundiaí*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Benjamin, W. (1986). *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (2a. ed.). São Paulo: Brasiliense, 1986.
- Borges, M. E. L. (2003). *História e Fotografia*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Burke, P. (2001). *Visto y no visto: el uso de la imagen como documento histórico* (285 p.). Barcelona: Editorial Crítica.
- Camoleze, J. M. (2012). Andando nos trilhos: formação educacional e resistência dos trabalhadores na Companhia Paulista de Trens de Jundiaí, 1931-1942. In: *Simpósio Internacional de História Pública: A História e Seus Públicos*, 1, 2012, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Universidade de São Paulo, pp. 95-96.
- Carnier Jr., P. (2001). *Usos culturais da imagem – Pesquisa, utilização e consumo da imagem fotográfica em produções culturais de caráter histórico* (132 f.). Dissertação (Mestrado em Cinema, Rádio e Televisão) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Cartier-Bresson, H. (2015). *The Decisive Moment*. Steidl Druckerei und Verlag, Gerhard. 2015.
- Costa, H., & Silva, R. R. da (1995). *A Fotografia Moderna no Brasil*, São Paulo: Ed. Cosac Naify.
- Egas, E. (1925). *Municípios Paulistas*. São Paulo: Secção de Obras do Estado de São Paulo.
- Fabris, A. (2008). *Fotografia: usos e funções no século XIX*, São Paulo: Edusp.
- Fausto, B. (2009). *História do Brasil* (13a. ed., 1a. reimp.). São Paulo: USP.
- Izaias, K. C. da S. (2012). *População e dinâmica econômica na formação da cidade de Jundiaí – 1615/1890* (208 f.). Dissertação (Mestrado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.
- Kossoy, B. (2007). *Fotografia e história*. São Paulo: Ática.
- Kossoy, B. (2000). *Realidades e ficções na trama fotográfica*. Cotia: Ateliê Editorial.
- Le Goff, J. (1996). *História e Memória* (553 p.). Campinas: Editora da Unicamp.
- Luna, F. V., & Klein, H. S. (2005). *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: USP.
- Marques, M. E. de A. (1980). *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo seguidos da Cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da Capitania de São Vicente até o ano de 1876* (2 v.). São Paulo: Edusp.
- Martins, A. L. (1990). *Império do Café*. São Paulo: Atual.
- Mazzaia, M. (1979). *Jundiaí e sua História*. Jundiaí: Prefeitura Municipal de Jundiaí.
- Mondenard, A. de (2002). *La Mission héliographique: Cinq photographes parcourent la France en 1851*. Paris: Monum, Éditions du patrimoine.
- Monteiro, J. M. (1989, jan./jul.). Alforrias, litígios e a desagregação da escravidão indígena em São Paulo. *História*, São Paulo, n. 120, pp. 45-57.
- Morales, W. F. (2000). *A escravidão esquecida: a administração indígena em Jundiaí durante o século XVIII* (202 f.). Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Programa Interdepartamental da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Oliveira, A. (2016, maio). Imagens da industrialização em Jundiaí: registros e ausências nas projeções da modernidade capitalista. *Cidade, Patrimônio e Memória*, 1 (1), pp. 9-17, Jundiaí. Disponível em: <http://patrimoniohistorico.jundiai.sp.gov.br/revista-cidade-patrimonio-memoria/>. Acesso em: 30 set. 2016.
- Oliveira, F. de (1977). *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Edições do Graal.
- Pontes, A. de T. (1970). *Jundiaí*. Edição Histórica. São Paulo: Escalibur.
- Possamai, Z. R. (2008). Photography, History and Urban Landscapes. *História*, 27 (2), pp.253-277.

Prado Júnior, C. (1963). *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense.

Prefeitura Municipal de Jundiá (2013, 12 de maio). *Agricultura em Jundiá*. Disponível em: http://cidade.jundiai.sp.gov.br/pmjsite/portal.nsf/V03.02/smaa_agricultura_municipio?OpenDocument. Acesso em: 20 fev. 2016.

Prefeitura Municipal de Jundiá (1970). *Jundiá: lavradores e lavouras de antanho; a agricultura em Jundiá 1615-1970*. Campinas: Indústrias Gráficas Massaioli Ltda.. (Relatório da Casa de Agricultura DR).

Ribeiro, J. J. (1899-1904). *Chronologia paulista ou relação histórica dos factos mais importantes ocorridos em S. Paulo desde a chegada de Martim Affonso de Souza a S. Vicente ate 1898*. São Paulo: Oficinas do Diário Oficial (1899-1904).

Rouillé, A. (2009). *A fotografia: entre o documento e a arte contemporânea* [trad. Constança Egrejas]. São Paulo: Editora Senac São Paulo.

Sais, F. A. M. de (1981). *As ferrovias de São Paulo 1870-1840*. São Paulo: Hucitec.

Singer, P. (1985). *A formação da classe operária: o que é classe operária? A classe operária no Brasil: a sua formação e reprodução* (Coleção Discutindo a História). São Paulo: Atual.

Sontag, S. (1986). *Ensaios Fotográficos* (Coleção Arte e Sociedade). Lisboa: Dom Quixote.

Sousa, J. S. I. de (1955). *A agricultura em Jundiá*. Jundiá: Sociedade Viti-Vinícola e Rural de Jundiá.

Spix, J. B. von, & Martius, C. F. P. von (1938). *Viagem pelo Brasil* (3 v.). Rio de Janeiro: Impr. Nacional.

Stafuzza, A. M. (Org.) (1967). *Revista Museu de Jundiá* (n.1, pp. 5-10). Jundiá: Prefeitura Municipal de Jundiá.